



## **DA FAVELA URBANIZADA AO URBANO NO BRASIL**

### **Autores:**

Miguel Bustamante Fernandes Nazareth - Napplac/FAUUSP - [mgbustamante@gmail.com](mailto:mgbustamante@gmail.com)

### **Resumo:**

Desde de 2009, estuda-se as transformações que a favela Vila Nova Jaguaré, situada no bairro do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo, vinha sofrendo após uma intervenção pública. A partir de 2014, começamos a analisar essas transformações de um ponto de vista etnográfico e, confrontando os resultados de entrevistas, da oficina e observações de campo com dados e fatos históricos da urbanização do bairro do Jaguaré, surgem pontes que ligam as dualidades da vida atual na Vila Nova Jaguaré às contradições da urbanização do bairro. Primeiro, apresenta-se o contexto da pesquisa e sua metodologia. Em seguida, relata-se a história da urbanização do bairro e consolidação da Vila Nova Jaguaré. Em seguida, exploraremos as territorialidades “favela”, “comunidade” e “bairro” como síntese da apropriação do espaço “favela urbanizada”. E, finalmente, argumenta-se a apropriação do espaço da favela urbanizada se estrutura a partir de territorialidades que compõem o espaço urbano brasileiro.

# DA FAVELA URBANIZADA AO URBANO NO BRASIL

## RESUMO

Desde de 2009, estuda-se as transformações que a favela Vila Nova Jaguaré, situada no bairro do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo, vinha sofrendo após uma intervenção pública. A partir de 2014, começamos a analisar essas transformações de um ponto de vista etnográfico e, confrontando os resultados de entrevistas, da oficina e observações de campo com dados e fatos históricos da urbanização do bairro do Jaguaré, surgem pontes que ligam as dualidades da vida atual na Vila Nova Jaguaré às contradições da urbanização do bairro.

Primeiro, apresenta-se o contexto da pesquisa e sua metodologia. Em seguida, relata-se a história da urbanização do bairro e consolidação da Vila Nova Jaguaré. Em seguida, exploraremos as territorialidades “favela”, “comunidade” e “bairro” como síntese da apropriação do espaço “favela urbanizada”. E, finalmente, argumenta-se a apropriação do espaço da favela urbanizada se estrutura a partir de territorialidades que compõem o espaço urbano brasileiro.

PALAVRAS CHAVE: Favelas, Apropriação do Espaço, Cidades, Urbanização

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretende-se explorar um horizonte teórico-metodológico aberto pela pesquisa de mestrado intitulada “Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro” (NAZARETH, 2017a). Desde de 2009, estuda-se no Napplac (Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído/FAUUSP) as transformações que a favela Vila Nova Jaguaré, situada no bairro do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo, vinha sofrendo após uma intervenção pública. A partir de 2014<sup>1</sup>, começamos a analisar essas transformações de um ponto de vista etnográfico<sup>2</sup> e, confrontando os resultados de entrevistas, da oficina<sup>3</sup> e observações de campo com dados e fatos históricos da urbanização do bairro do Jaguaré, surgem pontes que ligam as dualidades da vida atual na Vila Nova Jaguaré às contradições da urbanização do bairro.

Primeiro, apresenta-se o contexto da pesquisa e sua metodologia. Em seguida, relata-se a história da urbanização do bairro e consolidação da Vila Nova Jaguaré. Em seguida, exploraremos as territorialidades “favela”, “comunidade” e “bairro” como síntese da apropriação do espaço “favela urbanizada”. E, finalmente, argumenta-se a apropriação do espaço da favela urbanizada se estrutura a partir de territorialidades que compõem o espaço urbano brasileiro.

## O CONTEXTO INSTITUCIONAL

De 2014 a 2016, realizamos uma pesquisa intitulada “Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários”, em que estudamos assentamentos precários em São Paulo (Brasil) e em Medellín (Colômbia). A pesquisa envolveu pesquisadores brasileiros e colombianos que integram o Napplac (Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído/FAUUSP e o grupo MASO (Medio Ambiente y Sociedad), e seu objetivo era de analisar os aspectos socioeconômicos e físico-urbanísticos de experiências recentes em urbanização de favelas. Selecionamos três áreas de estudo, duas em São Paulo e uma em Medellín, e as análises tomaram diversas frentes, investigações sobre a política urbana, mobilidade, espaço público, meio ambiente, participação social e provisão habitacional. Os principais resultados da pesquisa estão reunidos no site [www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br](http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br) e no livro “Barrios populares Medellín: Favelas São Paulo” (org. ZUQUIM; MAZO, col. MAUTNER, 2017).

Essa pesquisa envolveu estudantes de graduação, de mestrado, de doutorado e professores da Universidade de São Paulo e da Universidad de Antioquia, e articulou diversos métodos de levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Para subsidiar as

<sup>1</sup> “Intervenções contemporâneas na América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil – Medellín/Colômbia”, financiada pela FAPESP (14/01328-2).

<sup>2</sup> cf. Nazareth (2017a; 2017b) e Toi (2017).

<sup>3</sup> Em junho de 2015, foi realizada a oficina “A Vida na Nova Jaguaré”, atividade de extensão em que os impactos da intervenção foram mapeados por jovens moradores da favela e do bairro. A atividade foi coordenada por Maria de Lourdes Zuquim e Miguel Bustamante.

análises físico-urbanísticas de morfologia e paisagem, desenvolvemos um Geoportal<sup>4</sup>, uma plataforma de dados georreferenciados que reúne informações sobre o ambiente construído, como sistema viário, espaços livres, provisão habitacional, e também sobre a política urbana, regulação urbanística, projetos e intervenções realizadas nos assentamentos estudados. Realizamos também 2 oficinas com moradores, uma em Vila Nova Jaguaré e outra em Santo Domingo Savio, e as pesquisas individuais de cada um dos integrantes da equipe efetuou também entrevistas, visitas e percursos de campo. O grupo de pesquisa também esteve reunido em dois colóquios, um em São Paulo e outro em Medellín, e visitamos juntos os três assentamentos estudados.

Um dos casos de estudo era Vila Nova Jaguaré, favela urbanizada entre 2006 e 2011 e situada no bairro do Jaguaré, na capital paulista. Esse assentamento já era estudado desde 2009 pelas professoras Maria de Lourdes Zuquim e Yvonne Mautner, que produziram o vídeo “Velha Nova Jaguaré” (2013) documentando o processo de urbanização. Já existiam também muitos outros materiais disponíveis para subsidiar as análises, incluindo não só vasta bibliografia que tomam a Vila como caso de estudo, mas também um grande banco de dados com fotos, mapas, documentos etc produzido conjuntamente por diversos pesquisadores que integram ou integraram o Napplac.

Muitos dos dados primários gerados nessas pesquisas foram utilizados neste trabalho, e incluem entrevistas realizadas para as gravações do vídeo “Velha Nova Jaguaré” e outras que se processaram no âmbito de iniciações científicas e pesquisas de mestrado<sup>5</sup>. Mas, principalmente, os resultados deste trabalho estão relacionados à “experiência etnográfica” (MAGNANI, 2009) que se tornou possível pela aproximação entre o Napplac e o Centro Cultural e Profissionalizante (CCP) da Congregação Santa Cruz. O CCP está sediado dentro da Vila Nova Jaguaré e lá se desenvolvem diversos cursos direcionados à capacitação profissional e outras atividades de cultura e lazer, como aulas de música e dança, feiras e festas.

A oficina que realizamos na Vila Nova Jaguaré aconteceu em junho de 2015 e foi realizada em parceria com o CCP. Com o nome de “A Vida na Nova Jaguaré”, sua proposta era realizar um mapeamento coletivo junto aos moradores, de modo a espacializar impactos da urbanização. Além de outros materiais e métodos, utilizamos fotos aéreas de antes e depois das obras e adesivos com imagens que representavam palavras-chave (pictogramas) dentro dos quatro temas da pesquisa: Habitação, Espaço Público, Participação Social e Meio Ambiente. Participaram cerca de 30 pessoas, em sua maioria jovens moradores da Vila e usuários do CCP. Como um dos coordenadores da oficina, participei de todas as etapas de seu desenvolvimento, incluindo preparação, divulgação, montagem, além de moderar o grupo de trabalho que tratava da dimensão Espaço Público.

A oficina foi importante não só para levantar dados e entrar em contato com a realidade pós-intervenção, mas também para criar vínculos pessoais e profissionais que

---

<sup>4</sup> cf. [www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/geoportal](http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/geoportal).

<sup>5</sup> As entrevistas mais antigas fazem parte da produção do vídeo “Velha Nova Jaguaré”, mas também foram utilizadas transcrições de entrevistas realizadas por Barros (2014), e outras mais recentes elaboradas por Toi (2017) e Nazareth (2017a; 2017b).

permitiram o avanço das pesquisas. E foi nesse contexto que os trabalhos de campo de minha pesquisa de mestrado se iniciaram.

No âmbito dessa pesquisa maior, minha pesquisa de mestrado buscava contribuir com o estudo da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré (NAZARETH, 2017a).

## A PESQUISA

A abordagem metodológica utilizada levou em consideração um movimento típico da etnografia de aproximação ao cotidiano e ao conhecimento locais e distanciamento para reavaliar as teorias que norteiam o olhar do pesquisador (MAGNANI, 2012). Nessa dinâmica de alinhamento entre teorias e objeto, diferentes autores da Sociologia, da Antropologia e da Arquitetura e Urbanismo que estudam apropriação do espaço tiveram participação, embora tenham contribuído de forma desigual nas diversas etapas da pesquisa. A bibliografia da pesquisa foi constantemente reavaliada, e algumas teorias foram exploradas e outras afastadas de acordo com o grau de adesão que tinham com a fala dos moradores e os saberes que eles articulavam sobre a sua própria realidade. E as categorias de análise, que surgiram nessa troca, estão portanto muito vinculadas às particularidades da Vila Nova Jaguaré e ao contexto da pesquisa de campo.

A construção da metodologia que levou aos resultados mais pertinentes e que, por este motivo, serão abordados no presente trabalho se deu nesse processo de aprendizado sobre como estudar a apropriação do espaço nesse lugar, com essas pessoas e dentro desse contexto acadêmico. Por isso, apresentaremos primeiro alguns resultados parciais que fizeram parte desse percurso de construção e reavaliação teórico-metodológica.

O ponto de partida das análises foi a oficina “A Vida na Nova Jaguaré”, que marcou o início dos trabalhos de campo. Os resultados obtidos nesse primeiro momento ainda estavam muito ligados aos impactos da intervenção, mas iluminaram aspectos sobre como a apropriação das áreas livres na Vila Nova Jaguaré se estrutura a partir de certos valores compartilhados pelos moradores. Desde o primeiro momento de preparação da oficina, já emergiam percepções mais ou menos rígidas sobre os benefícios da intervenção. Se, por um lado, alguns deixavam claro que a urbanização era uma conquista, o discurso que prevaleceu foi de que “a urbanização trouxe coisas boas e ruins”.

Principalmente, as melhorias comentadas se relacionavam à segurança da posse, inserção urbana e provisão de infraestrutura. A regularização da posse através de concessão de uso e o atendimento individualizado em água e energia produziam sentimento de proteção contra possíveis arbitrariedades, indicando a consolidação definitiva das moradias. Assim, moradores passaram a investir mais confiantes na expansão e embelezamento de suas casas, construindo também comércios e unidades para locação. A regularização urbanística favoreceu a mobilidade urbana e conectou a comunidade a diversos serviços que antes não chegavam até lá. Hoje, entram na Vila peruas escolares, carros dos correios, caminhões de entrega, caminhonetes com materiais de construção, motoboys, e diversos serviços que contribuem ao bem-estar dos moradores. Ainda, as pessoas apontavam um incremento nas opções de lazer, fosse pelo surgimento de novos bares, lanchonetes e

restaurantes ou pela presença de novos coletivos de teatro, artes marciais, recreação infantil, capacitação profissional, apoio escolar, dentre outros.

Por outro lado, a apropriação dos espaços públicos foi duramente criticada. Durante a divulgação da oficina, ao explicarmos que iríamos “conversar sobre a comunidade hoje e o que mudou com a urbanização”, muitas pessoas se queixavam imediatamente dizendo que “antes não tinha baile funk”. O impacto dos bailes no cotidiano da população é forte principalmente por que ocorrem praticamente todos os finais de semana e ocupam ruas inteiras durante toda a madrugada. Normalmente, são promovidos por donos de bares, muitas vezes situados em ruas estreitas, onde as casas são muito próximas da rua.

Mas existia também um segundo conflito que permanecia silencioso, pois envolvia membros do “crime”<sup>6</sup>: praças, áreas verdes e estruturas de contenção estavam sendo reocupadas para a construção de moradias de aluguel. No entanto, na medida em que as reocupações do crime avançavam para áreas mais visíveis e chegavam às maiores praças, elas eram cada vez mais questionadas. Lamentava-se a tomada de áreas livres com potencial de uso coletivo e ponderava-se também o retorno de situações de risco. Principalmente, sentiam-se tolhidos de sua voz, já que qualquer denúncia poderia ser alvo de retaliação: “a gente não pode falar nada”.

Nesse sentido, os conflitos que envolviam esses usos do espaço público evidenciavam um jogo de forças em que alguns controlam o espaço (físico e social) mais do que outros. Revelavam “capacidades de apropriação” desiguais, disputas em que são empregadas diferentes estratégias e poderes (BOURDIEU, 2012). E, também, estavam profundamente relacionadas à urbanização recente, já que o asfaltamento das ruas, a produção de áreas livres e a valorização imobiliária não só viabilizaram os bailes funk e as reocupações, como também as tornaram atividades extremamente lucrativas.

Assim, tanto no caso dos bailes funk como no caso das reocupações, a proporção que o conflito tomava não estava ligada às atividades em si, mas sim ao contexto em que alguns grupos fazem muito dinheiro em detrimento de direitos de outros. Os “batidões”, por exemplo, não eram as únicas festas de rua, mas o grande problema era o porte que os eventos tomavam, atraindo multidões de pessoas de fora da Vila, durando finais de semanas inteiros e gerando muito lixo, pois consumia-se muito. Quanto às reocupações, o principal motivo de descontentamento era o fato do crime dominar todo o potencial construtivo das áreas livres para lucrar com o “parque de locação” que estavam edificando, não deixando outras famílias ocuparem ou opinarem sobre os usos desses espaços. O preço médio do aluguel das moradias produzidas pelo crime é 600 reais e as quantias são pagas individualmente aos donos de cada unidade – alguns membros do crime chegam a arrecadar aluguel de até vinte casas.

---

<sup>6</sup> Durante os trabalhos de campo e também em conversas com pesquisadores que estudam favelas e periferias, foi identificada a existência de uma facção criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), relacionada a pelo menos um processo de reocupação. No entanto, as informações obtidas ao longo da pesquisa não permitem aprofundar as atividades e formas de atuação desse grupo, apesar de darem pistas que apontam para seu importante papel no desenho da apropriação do espaço em Vila Nova Jaguaré.

Por outro lado, outros processos de reocupação mais diversos que se davam principalmente ao redor de conjuntos habitacionais recém construídos não eram contestados pelos moradores. Nesses locais, onde as obras removeram totalmente o tecido da favela e implementaram um novo desenho urbano, surgiam garagens, quitandas, bares, lojas e restaurantes construídos em espaço público. Mas a grande diferença em relação às reocupações geridas pelo crime é que essas iniciativas eram, em geral, individuais ou familiares e encerravam disputas mais equilibradas, limitadas a um orçamento mais modesto, em que cada agente ocupava um pedaço de terra para empreender conforme seu interesse. Ainda, atendiam a demandas locais, contribuindo com uma diversidade de serviços voltados para a comunidade.

Sendo assim, as reocupações e os bailes funk revelavam não só diferentes formas de dominar os novos espaços públicos, mas também diferentes maneiras de entendê-los: notamos que as áreas livres podiam ser vistas como melhorias coletivas ou oportunidades individuais de acordo com o “olhar” de cada grupo social. Alguns projetavam usos de lazer, como festas e esportes; usos coletivos, como feiras e eventos comunitários; e usos individuais, como espaços para moradias ou garagens. Mas outros as viam como forma de gerar recursos. Diferentes “olhares” sobre o espaço apontando para diferentes valores, mas as disputas favoreciam aqueles com maiores “capacidades de apropriação” – o que gerava sentimento de injustiça e impotência.

Sobretudo, essas disputas indicavam um novo contexto do assentamento que viabilizou essas atividades e as tornou extremamente lucrativas: Vila Nova Jaguaré era agora uma “favela urbanizada”, e as forças sociais que regem a apropriação do espaço estavam se movimentando, aproveitando os benefícios da urbanização. Afinal, os processos de urbanização de favela abrem os assentamentos para a entrada de novos capitais ou, como coloca Mautner (2010), abrem caminho para a expansão da “terceira camada”<sup>7</sup> da produção do espaço – o capital. E a captura desses capitais (econômico, social, cultural, político etc) estava sendo disputada por atores sociais internos e externos. Os conflitos indicavam, portanto, uma “nova realidade” de mercantilização do espaço, e deixavam claro as forças e interesses envolvidos.

Mas, apesar de alguns discursos indicarem uma maior oposição de valores de uso e troca, os olhares sobre as áreas livres também se misturavam, compondo narrativas que tensionavam pontos de vista aparentemente opostos. Alguns interlocutores da pesquisa reclamavam dos bailes funk, mas compreendiam que eram opção inédita de lazer no bairro ou os aproveitavam como oportunidade de complementar a renda, vendendo lanches, bebidas, cobrando pelo uso de seus banheiros pessoais etc. Outros, questionavam as reocupações do crime, porém também criticavam o baixo potencial de uso das áreas livres produzidas pela intervenção e consentiam com outros tipos de reocupação. E, afinal, entendemos que a apropriação das áreas livres se estrutura a partir dessas diferentes formas de perceber e se relacionar com os espaços públicos: desde a formação do assentamento, as áreas livres sempre foram tidas como espaços para construir casas ou para

---

<sup>7</sup> A autora defende que o processo de urbanização das favelas se dá de maneira invertida ao processo de urbanização formal, com a primeira camada de trabalho individual da autoconstrução, a segunda de trabalho coletivo da ação pública e a terceira o capital.

o lazer da comunidade e, também, já existiam pequenos comércios e moradias de aluguel há muito tempo, mesmo quando a grande maioria das edificações era barracos de madeira.

Assim, o estudo dos usos das áreas livres foi essencial para elaborar uma matriz teórica que permitisse entender o desenho da apropriação. Primeiramente, notamos os principais interesses projetados nas áreas livres, os principais significados que elas evocavam: moradia, lazer/sociabilidade e recursos. Depois, notamos que, em suas interações e conflitos, esses significados estruturam uma grande diversidade de maneiras de se relacionar com esses espaços. E, além disso, ficou bastante claro que esses valores não eram novos, que estiveram presentes com diferentes arranjos ao longo da história do assentamento.

No entanto, uma pergunta permanecia: como caracterizar a apropriação do espaço nessa favela urbanizada? Quais valores estruturam as formas como o espaço é entendido e utilizado? Faltava ainda se desprender da análise dos usos das áreas livres para alcançar os valores e o desenho da apropriação do espaço. Ou seja, faltava passar de uma perspectiva da apropriação do espaço “na” Vila Nova Jaguaré para uma leitura mais ampla das regras sociais e ordenamento espacial que regem a apropriação “da” Vila Nova Jaguaré (MAGNANI, 2012).

## O BAIRRO

O Jaguaré foi um dos primeiros bairros da cidade a ter sua urbanização planejada. Em meados da década de 1930, essa gleba de subúrbio dividida entre colinas e planícies foi vista pelo empresário Henrique Dummont Villares como grande oportunidade para projetar um bairro operário, ideia inspirada no urbanismo das Cidades-Jardim. Para ele, o bairro deveria oferecer vantagens tanto para o trabalhador quanto para a indústria – proximidade entre local de trabalho, moradia e lazer para favorecer a reprodução da força de trabalho.

O plano urbanístico do Centro Industrial Jaguaré dividia-se entre um loteamento habitacional nas colinas, com traçado viário orgânico que se adequava às curvas de nível, e uma malha ortogonal de grandes quadras nas planícies, onde seriam instaladas as indústrias. Considerando a infraestrutura prevista, a intenção de Villares era consolidar um bairro operário com alta qualidade de vida e ampla rede de equipamentos: o projeto incluía arborização das vias, um parque público de 160 mil m<sup>2</sup> e 42 praças equipadas com centros de esportes, de recreação, restaurante, cinema, centro cívico, etc. – em uma dessas praças, previa-se um belvedere equipado com churrasqueiras para piqueniques.

No entanto, a Cia Imobiliária Jaguaré ainda enfrentaria muitos problemas para implementar sua proposta. Mesmo aplicando altos investimentos no sentido de estimular o desenvolvimento industrial do bairro, como o subsídio total da construção da ponte Jaguaré em 1947, em 1963 somente 20% da área industrial estava operante e 45% dos lotes residenciais estavam desocupados (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972). E isso aconteceu por causa da lógica especulativa da urbanização, que foi de encontro à proposta inicial de Villares: como a revenda dos lotes industriais foi muito praticada, a consolidação do parque



industrial foi prejudicada e, como o projeto habitacional dependia do sucesso do loteamento industrial, grande parte da infraestrutura do bairro não foi implementada.

Nesse contexto de bairro periférico e desprovido de serviços públicos básicos, a Cia Imobiliária começou a comercializar lotes menos favorecidos sem qualquer construção, o que facilitava seu parcelamento e permitia que uma população de baixo poder aquisitivo se instalasse no bairro. Também, é possível que a motivação da Cia para povoar o bairro estivesse relacionada a uma estratégia financeira para reivindicar serviços públicos e, em consequência, valorizar as melhores áreas da gleba. Isto é, povoar os piores lotes da gleba para reivindicar infraestrutura e, conseqüentemente, aumentar o preço da terra dos lotes mais caros.

Em todo caso, quaisquer que tenham sido as razões e estratégias dos promotores imobiliários, Goldenstein e Rossini (1972) apontam que a proposta de criar um distrito industrial nos moldes estrangeiros foi um fracasso: em 1963, 70% da mão-de-obra das indústrias vinha de fora do Jaguaré e, ao contrário do previsto, ela era instável, flutuante e não especializada.

Os anos 1960 foram um período de crescimento da população do Jaguaré. Nesse período, a população do bairro cresceu em mais de cinco vezes, mas foi somente a partir de meados dessa década que as ruas do bairro começaram a ser asfaltadas e as redes de abastecimento de água e iluminação pública chegaram aos principais eixos. Na medida em que a oferta de emprego e os alugueis do bairro subiam, aumentava a pressão por moradia barata e cresciam o número de habitações precárias no bairro – em 1963, 12,5% das famílias do bairro habitavam barracos de madeira (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972).

Em um contexto de crise econômica e aumento do preço do aluguel, o parque público de 160 mil m<sup>2</sup> começou a ser visto por muitos moradores do bairro como alternativa para moradia. E, de fato, o parque permanecia em desuso, sem qualquer infraestrutura viária ou de lazer e, desde a década anterior, já vinha sendo utilizado por indústrias para retirada de solo para aterros, o que facilitou sua ocupação em 1962. Nascia, assim, a Favela do Jaguaré, a primeira favela do bairro.

Foi somente a partir do início da década de 1970 que o Jaguaré passou a receber intervenções públicas, perdendo as características de subúrbio e integrando-se efetivamente ao espaço urbano. Na mesma década, o bairro se tornaria um dos mais industrializados da capital. Contraditoriamente, agravou-se ainda mais a demanda por moradia, de modo que o processo de urbanização esteve sempre associado à precarização de áreas menos favorecidas do bairro.

Na década de 2000, o capital imobiliário começou a avançar na direção do Jaguaré, que foi o distrito da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que mais de valorizou entre os anos 1998 e 2008 (FIORAVANTI, 2013). Paulatinamente, o Jaguaré foi se transformando em uma nova centralidade. No ano 2000, o distrito era um dos cinco mais favelizados de São Paulo, com 30% de sua população residindo em favelas (INFOCIDADE, 2000a, 2000b).

## A FAVELA

De modo semelhante ao distrito do Jaguaré, a primeira favela do bairro também vivenciou conquistas associadas a processos de precarização. Desde sua formação até os dias atuais, a Favela do Jaguaré passou diversas mudanças, tanto em seu espaço físico como nas relações que a população manteve com o poder público, buscando o reconhecimento de seus direitos. E essas mudanças se refletiram inclusive na designação do assentamento, que nasceu como favela, se transformou em vila, voltou a ser favela e hoje é núcleo urbanizado.

Nos seus primeiros anos de existência, o contato entre moradores e funcionários públicos favorecia a segurança da posse e, em menos de dez anos, a Favela do Jaguaré já abrigava 400 famílias. No final da década de 1960, a favela passou por um movimento de organização comunitária estimulado pela Ação Comunitária do Brasil (ACB), entidade fundada pelo empresariado paulista. O objetivo da Ação era de suscitar lideranças e organizações de moradores para que desenvolvessem soluções para problemas comunitários. Geralmente, a ACB estimulava a construção de escolas, postos de saúde, creches, centros comunitários e outros equipamentos visando consolidar um “espírito comunitário”. Naturalmente, o grupo de empresários também detinha outra motivação, como fica claro no trecho abaixo:

É evidente que, além do interesse propriamente humano de prestar ajuda a um seu semelhante menos favorecido, eles se empenham com isso a aumentar a disponibilidade de mão-de-obra, já que o nosso objetivo principal é recuperar o homem marginalizado pela aculturação e profissionalização. (AJUDA PARA 40 MIL FAVELADOS, 1971)

No Jaguaré, a chegada da ACB motivou as lideranças a se unir em torno de seus problemas comuns: água, luz educação e atendimento médico. Organizados em uma União de Moradores, eles construíram uma escola e um posto de saúde e implementaram soluções coletivas em abastecimento de água e luz. É interessante notar que essas soluções foram implementadas antes da conexão do loteamento residencial formal do bairro aos mesmos serviços públicos.

O movimento repercutiu na grande mídia e na esfera política municipal, ganhando inclusive uma matéria de página inteira no Jornal “Folha de São Paulo” intitulada “Uma Favela em Tempo de Avanço”, em que refere-se ao assentamento como uma “cidadezinha”, ou uma “ex-favela”. Finalmente, os moradores assinalaram este novo momento modificando o nome da comunidade, que passou a se chamar Vila Nova Jaguaré: “não é favela, é vila”, diziam as lideranças.

Entretanto, a cada melhoria que conquistavam, a questão da posse da terra se tornava mais urgente, visto que os moradores sentiam que suas conquistas estavam ameaçadas pelas políticas de desfavelamento (ou seja, pelas remoções). Assim, em 1973, com a intenção de regularizar o assentamento, a União dos Moradores propõe ao prefeito da cidade a compra de um terço da área do parque. No entanto, foram informados de que a

gestão não pretendia a regularização, e sim construir uma praça pública e transferir todos os moradores para outro local. Assim, deu-se início a outro período da história da Vila Nova Jaguaré, marcado pelo medo da remoção, pela precarização das condições de vida e fortalecimento da organização popular junto a outros movimentos de favela. Em reflexo dessas mudanças, a Vila passou a figurar nos registros da Prefeitura e na grande mídia como Favela Vila Nova Jaguaré.

Ao longo dos anos 1970, com a desestabilização econômica e o aumento do desemprego no país, agravaram-se as condições de habitabilidade e violência urbana. Em São Paulo, a criminalização dos loteamentos irregulares fez com que a única forma de acesso à terra viável aos pobres urbanos fosse a ocupação – entre 1973 e 1987, a população favelada do município aumentou de 1% para 9% (TASCHNER, 2012).

Dada sua localização estratégica próxima a postos de trabalho e a força da luta popular, que proporcionava melhorias e otimismo em relação à segurança da posse, a Vila atraía cada vez mais pessoas, que muitas vezes tinham de ocupar áreas de risco de deslizamento e enchentes. A favela passou a abrigar pessoas em diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica, que habitavam casas de madeira ou alvenaria, áreas planas ou com altas declividades, de risco ou bem consolidadas. Quanto mais novas eram as construções, mais precários eram os acessos e mais instáveis as condições do solo.

Além disso, a ação pública da Prefeitura também incentivou o adensamento e a precarização das favelas mais consolidadas, uma vez que praticava remoções sem soluções definitivas em atendimento habitacional. E a Vila Nova Jaguaré foi testemunha da ineficácia dessas ações, recebendo diversas famílias removidas de áreas próximas – algumas delas reassentadas pela própria Prefeitura em alojamentos provisórios, que, por descaso, acabaram se tornando definitivos.

Entre meados da década de 1970 e o final da década de 1980, os movimentos de moradia no Brasil cresceram e se organizaram. Foi um período marcado por fortes pressões sociais, em grande parte devido à crise habitacional, mas também devido ao início da abertura democrática, que possibilitou a emergência de movimentos sociais que contavam com o apoio de políticos de oposição ao regime militar. Em São Paulo, a Prefeitura aboliu o termo “desfavelamento” e direcionou a política pública ao enfrentamento da questão da moradia. Mas, mesmo com grandes avanços no âmbito do direito à localização, a maioria dos programas praticava a reurbanização, ou seja, previa a remoção total com provisão de conjuntos habitacionais na mesma área: a favela ainda era vista como “moradia provisória”.

Nesse contexto, as lideranças da Vila Nova Jaguaré, agora uma das comunidades mais organizadas de São Paulo, começaram a se identificar com outros movimentos de favela, pois compartilhavam a pauta do reconhecimento da posse da terra. Unidos a outras favelas do Butantã, constituíram a União dos Moradores do Butantã e realizaram uma série de manifestações pautando principalmente a compra dos terrenos municipais para que pudessem construir casas de alvenaria. No entanto, encontraram obstáculos de ordem fundiária, visto que não havia precedentes legais para regularizar o uso habitacional em “áreas de uso comum do povo”, o que os levou até Brasília para reivindicar a posse da terra

diretamente ao Presidente da República. O diálogo entre as principais lideranças do movimento e o Presidente Figueiredo revela o nível de organização da luta popular:

**Luis Vioti**, do Jardim São Remo, foi o primeiro a falar: “Viemos aqui solicitar a Vossa Excelência a posse, das casas onde moramos, na favela do Butantã...”

**Figueiredo**: “O que interessa é a posse? Isso é um problema que tem que ser estudado. Não é assim não. Até por que tem muita gente que está morando em terreno particular. Mas vou mandar o ministro Venturini (dos Assuntos Fundiários) estudar o assunto. Sobre a questão das casas, vou mandar o ministro Andreazza (do Interior) estudar.”

**Vioti**: “Nossa luta é uma luta democrática, social. Eu moro na favela do Jardim São Remo, no Butantã. Já temos um projeto de urbanização. Só falta o total apoio do presidente da República...”

**Figueiredo**: “E o prefeito de vocês? E o governador não contam, não?”

**Aparecido Vicente Bertoncelo**, da favela São Jorge: “O prefeito e o governador estão nos ajudando, mas nossa luta é pela propriedade do local onde vivemos...”

(FIGUEIREDO PROMETE ESTUDAR O CASO DA FAVELA DO BUTANTÃ, 1982, negrito nosso)

No final dos anos 1970, em resposta às lutas sociais que buscavam a consolidação de favelas próximas a bairros nobres, a imprensa e a elite paulistanas intensificam uma campanha para depreciar a favela e estigmatizar seus moradores. No Butantã, moradores saem às ruas com cartazes em que lia-se “favelado é ladrão”, “não somos penico para ter favelado perto”, etc (BATISTUZZO, 1981: 131 apud BARBOSA, 2014: 149-150). Reflexo dessa disputa simbólica travada ao longo da história, consolidou-se uma ambiguidade que a palavra favela carrega até hoje: por um lado enfatiza a situação de precariedade, criminalidade ou marginalidade, no sentido de ser socialmente diferenciada e, por outro lado, evidencia a luta por direitos, foca nas melhorias e aponta a união como principal motivo das conquistas.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a Favela Vila Nova Jaguaré ganhou maior destaque na cena política, pois, além da forte organização social, a questão da redemocratização tornou-a importante do ponto de vista eleitoral – naquela época, era uma das favelas mais populosas da cidade. O fim do processo de abertura política e o fortalecimento dos movimentos de moradia foram cruciais para criar condições para as primeiras experiências de urbanização de favelas. Mas, nesse período, a política habitacional ainda oscilou entre gestões mais progressistas e outras mais conservadoras, com propostas de regularização

urbanística, reurbanização e até desfavelamento. No início dos anos 1990, a Favela Vila Nova Jaguaré foi palco de uma das primeiras experiências de urbanização de favelas do município, ainda que incipiente e focada no risco geotécnico.

Mas, foi somente nos anos 2000 que a favela foi efetivamente consolidada. Em 2001, foi lançado em São Paulo o primeiro grande programa de urbanização plena, o Programa Bairro Legal, que incluía regularização urbanística e fundiária, e a Favela Vila Nova Jaguaré estava entre os assentamentos beneficiados. Antes das obras, um levantamento socioeconômico verificou que 40% das famílias estavam ali há menos de cinco anos e a mesma porcentagem tinha renda abaixo de dois salários mínimos. Ainda, a maioria dos trabalhadores era registrada (COBRAPE, 2003).

As obras duraram de 2006 a 2011 e a regularização fundiária foi concluída em 2015, com a entrega dos títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem). Assim, sua designação oficial passou a ser Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré, assentamento que abriga hoje mais de 15 mil pessoas.

## A FAVELA URBANIZADA

Com o fim da urbanização, completou-se um ciclo histórico de lutas populares pautadas na consolidação e reconhecimento formal da favela. No entanto, apesar das melhorias em mobilidade, qualidade de vida e do desenvolvimento da economia local, ainda persiste a falta de controle urbano, a qualidade insatisfatória dos serviços urbanos e o controle social exercido pela criminalidade. Ou seja, conquistaram-se direitos, mas não a cidadania plena; implantou-se infraestrutura, mas ainda existe diferenciação em relação aos bairros centrais. Como o controle urbano segue sendo negligenciado, a questão fundiária foi parcialmente resolvida, de forma que hoje já se apresentam novos impasses. Nesse contexto, marca-se uma “nova realidade” determinada pelas novas condições de desenvolvimento, formalidade e institucionalidade, mas que ainda convivem com os traços históricos de precariedade, informalidade e criminalidade.

No âmbito da pesquisa, esse momento atual foi descrito de diferentes formas, já que cada interlocutor apresentava uma perspectiva diferente baseada em suas experiências pessoais. Afinal, a realidade da favela urbanizada se coloca de forma desigual para pessoas que ocupam diferentes níveis de hierarquia social ou que possuem trajetórias de vida e alinhamentos políticos distintos. Em um contexto de grande diversidade urbana e extremamente contraditório, é praticamente impossível descrever a realidade a partir de uma única narrativa, de forma que os moradores articulam constantemente avanços e impasses para elaborar seus posicionamentos. Diante dessa enorme diversidade de pontos de vista, a realidade da favela urbanizada se descortina em “múltiplos planos”<sup>8</sup>, revelando diferentes formas de situar o momento atual.

Entretanto, existem dimensões que atravessam os relatos, “olhares” que se aproximam. Uma dessas perspectivas apresenta uma imagem estigmatizada do

---

<sup>8</sup> A expressão é utilizada por Da Matta (1981: 67) quando revela que o Carnaval é resultado da projeção de múltiplas visões da realidade social.

assentamento, comum entre aqueles que se sentem prejudicados ou que enxergam a continuidade dos problemas depois da urbanização. Alguns sustentam seus argumentos em fatos que revelam um tratamento diferencial em relação ao resto da cidade: pontos de acúmulo de lixo e entulho, equipamentos abandonados em degradação, problemas em drenagem, tarifas de serviços públicos desproporcionais, ausência de controle e regulação urbana, de iluminação de vielas e de regularização do tráfego de veículos. Criticam a ausência do poder público e a presença de grupos armados que subtraem a liberdade dos moradores. Ou seja, deste ponto de vista, as melhorias implementadas não foram suficientes para que o lugar deixasse de ser “favela”.

Por outro lado, outras narrativas celebram as novas oportunidades e facilidades, grandes avanços que fazem com que a urbanização seja vista como positiva. Principalmente, valorizam a regularização da posse, os serviços públicos individualizados e o fato de agora possuírem um endereço formal, o que lhes dá acesso a diversos serviços que antes lhes eram negados, como entregas a domicílio e crédito bancário. Apontam também a “diminuição do estigma de favela” e sentem-se mais confiantes em expor seu local de moradia para empregadores e pessoas de fora da Vila. Enfim, veem claras diferenças entre o cotidiano atual e o passado, já que a consolidação formal do assentamento impulsionou o desenvolvimento local, aqueceu o mercado imobiliário e transformou sua imagem. Nessa perspectiva, defendem que a Vila Nova Jaguaré é hoje como qualquer outro “bairro” da cidade.

Finalmente, existe um terceiro “olhar” que se distancia da dicotomia de melhorias e continuidades. Principalmente entre moradores mais antigos, é comum a expressão de um sentimento de pertencimento ao lugar, um envolvimento afetivo que passa ao largo de problemas e virtudes. A pedra angular dessas narrativas é os laços de vizinhança e solidariedade, que sustentam as lutas cotidianas e permitem o avanço do coletivo. Ou seja, retratam uma relação mais intimista com o lugar, o que reforça uma visão de que a Vila Nova Jaguaré é a casa dessa “comunidade”. Apesar da urbanização ter modificado sensivelmente essa dimensão na medida em que contribuiu para a evasão de muitos moradores que não conseguiram permanecer frente às dinâmicas de valorização imobiliária ou que simplesmente foram removidos e reassentados pela frente de obras, muitos moradores ainda se reconhecem e buscam fortalecer as lutas coletivas, em busca de soluções para os problemas comuns.

Nesse sentido, os relatos sobre o momento atual se constroem a partir dessas três visões do espaço social, que naturalmente se sobrepõem e se contrapõem para formar os múltiplos posicionamentos sobre essa favela urbanizada. Durante os trabalhos de campo, os discursos dos interlocutores da pesquisa oscilavam entre afirmações de que o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré não deixou de ser favela, resiste como comunidade ou se assemelha a qualquer outro bairro. Portanto, essas categorias realizam um recorte social, costurando e classificando certos comportamentos, relações humanas, cenários e atividades. Ainda, como são narrativas que sempre que partem de pontos de vista particulares e observam fenômenos específicos, tratam de recortes virtuais. Por isso, argumenta-se que são como “olhares” que estruturam a forma como a realidade é percebida: a favela urbanizada é ao mesmo tempo “favela”, “comunidade” e “bairro”.

## “AINDA É FAVELA”

A categoria “favela” é em geral usada na Vila Nova Jaguaré para enfatizar a precariedade, violência, degradação ambiental, violação de direitos ou qualquer outro fenômeno que contribua à estigmatização do lugar. Em outros lugares no Brasil, a palavra também evoca a luta por moradia e os laços sociais, mas no assentamento estudado a categoria favela enfatiza o lugar de onde se quer sair, onde se tem medo e vergonha de levar os amigos, onde se tem “bagunça” (lixo, barulho) e tráfico de drogas. A “favela” segue regras diferentes do “bairro”, e lá se está sujeito a outras situações, com outros atores envolvidos: “aqui é favela”, provocam algumas pessoas para enfatizar que “aqui é diferente”, para falar das disputas e injustiças de um universo bastante hierarquizado, onde o espaço é disputado por muitos e controlado por poucos, conforme ilustra a passagem abaixo:

Eu tenho muito medo de morar aqui, não vou mentir pra vocês. Igual muita gente fala, “porque o Jaguaré...” não é. Se você só vive dentro de casa, você não sai pra lugar nenhum, você não sabe o que acontece aqui. Mas se você sempre anda, você tá se comunicando com as pessoas, você sabe de coisa que você fica de boca aberta. (informação verbal)

De fato, essa categoria é muito utilizada para enfatizar uma série de questões relacionadas à violência urbana que determinam o cotidiano dos moradores. Na “favela”, as armas estão mais presentes, a polícia atua com maior truculência e os grupos armados impõem regras de conduta, limitam a liberdade individual e reagem contra aqueles que vão de encontro a seus interesses, muitas vezes forçando famílias a se mudarem. Muitos se referem ao crime como os “donos da favela”, e seu domínio sobre o espaço se materializa nas disputas pelas áreas livres: as moradias de aluguel produzidas por membros do crime tomam praças, áreas verdes e encostas, contrastando com os espaços residuais que são ocupados por pequenos comerciantes e coletivos sociais (figuras 1 e 2).

Figura 1 – Reocupações do crime



Crédito: Miguel Bustamante (2016).

Figura 2 – Reocupações residuais: comércios



Crédito: Sofia Toi (2015).

Se por um lado o cotidiano realmente é diferenciado em relação aos bairros “centrais”, por outro lado o “estigma de favela” também indica o preconceito com o lugar,



que é associado diretamente a violência e precariedade. Atualmente, apesar de não ser classificado como favela, o assentamento continua sendo reconhecido como uma, já que sua estrutura físico-urbanística apresenta particularidades dessa forma urbana que nasce da ocupação. E, da discriminação do lugar, passa-se também à estigmatização das pessoas, e mesmo entre moradores da Vila, que atribuem o mau estado de conservação dos equipamentos coletivos ao “favelado” que não preserva o bem público, que descarta lixo e entulho em locais inadequados ou que tira proveito em cima dos outros. Essa visão pejorativa sustenta muitas vezes o argumento de que o morador desrespeitoso merece sua realidade, de que ele mesmo colabora com a degradação do lugar, argumento que desconsidera as responsabilidades do poder público e incumbe-as ao morador:

Na verdade aqui é considerado eternamente favela, claro, a gente chama de comunidade, vila mas pras pessoas a maioria aí fora vai considerar aqui eternamente favela, é como se fosse um preconceito que vai ser eterno, [...] aqui hoje é uma vila urbanizada, talvez a gente vai ter escritura, pagar IPTU, tudo normal, vai ser um bairro como qualquer outro, mas vai ser eternamente favela, vai, vai, aqui vai ser eternamente, principalmente se o cara faz isso daí [se referindo ao entulho que é constante em frente a sua casa] “isso daí é coisa de favelado”. (BARROS, 2014: 36)

Para muitos moradores, sair de Vila Nova Jaguaré significa libertar-se de uma série de problemas que limitam sua vida atual. Portanto, a categoria “favela” representa um universo determinado pela hierarquia, precariedade e violência, ambiente hostil que é muito bem representado pela visão que Carolina Maria de Jesus (2014) esboça da favela do Canindé nos anos 1950 quando diz sentir-se no “quarto de despejo” da cidade:

... As [sic] oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla [sic] com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos [sic], almofadas de sitim [sic]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014: 37)

Nesse contexto, a “favela” é a face do assentamento ao qual se quer fugir, evitar, superar, mas que ao mesmo tempo deve-se encarar todo dia. Assim, essa territorialidade também incorpora a dimensão das lutas individuais que alimentam um sentimento coletivo de insubordinação. Os movimentos de favela surgem nesse contexto, levando esses sentimentos de injustiça à esfera política e reivindicando seus direitos. A “favela” sustenta tanto as opressões e preconceitos quanto a luta popular para superá-los. Frente à realidade brasileira de um processo de urbanização ancorado na desigualdade e exclusão, é símbolo da luta popular, conforme ilustra a palavra de ordem compartilhada por diversos movimentos de moradia: “quando morar é privilégio, ocupar é um direito”.

Embora a realidade de muitos assentamentos em grandes cidades brasileiras tenha se transformado em vários aspectos, a visão de Carolina continua atual. Na Vila Nova

Jaguaré, levando em conta todas essas situações que evidenciam a garantia parcial de direitos, existe a perspectiva de que ela “ainda é favela”:

nosso voto é equiparado ao das pessoas da cidade legal, e por quê nossos direitos não são iguais também? Só os deveres, em direitos não. Isso é que é complicado. (BARROS, 2014: 34)

## “MINHA CASA É AQUI”

Mas, se, por um lado, algumas cenas e relatos retratam injustiças, lutas e conflitos, por outro lado existem diversas narrativas que enfatizam sentimentos que unem as pessoas enquanto coletivo e revelam uma forte ligação com o lugar onde elas vivem. Inclusive, este é muitas vezes o retrato que se quer passar para aqueles que vêm de fora, de uma comunidade que superou os problemas do passado, um lugar bom de se morar graças às relações comunitárias, onde as soluções sempre passam pelas mãos da população (figura 3). Ou seja, a categoria “comunidade” aponta para os vínculos sociais, para relações humanas que mesclam laços de vizinhança, amizade e parentesco e reforçam o sentimento de que a Vila Nova Jaguaré é a casa de uma “grande família”, conforme ilustra a passagem abaixo:

Encontro Sofia e arranjamos, em cima da hora, uma entrevista com uma antiga moradora. Conta que recentemente fez as contas: vive há 36 anos na comunidade. Começa dizendo que “Isso aqui antigamente era só terra, esgoto, rato e barraco”, e fala sobre as coisas que não existiam, como o piso das ruas e as casas de cinco andares. Em certo ponto da entrevista, pergunto se ela “fez família” aqui em São Paulo, e ela diz que não, pois não pode ter filhos. Estranho o movimento de pessoas em sua casa – uma mulher sempre ao seu lado cuidando dos assuntos da casa, crianças e jovens adultos que entram e saem a todo momento da sala onde conversávamos com a senhora. Pergunto se são parentes, e ela diz que “é tudo amigo”, e explica: “Tem dois aqui por causa da cachaça”, “Tem essa mulher aqui, essa vizinha”, vira-se para a moça ao seu lado e diz “Essa aqui eu peguei pra cuidar, quando segurei no colo sua cabeça era molinha”, virando-se, de novo, “Esse homem aí, ele vive lá e é cego das duas vistas”. Aponta para as crianças e continua, “Aquela outra é filha dela”, “Esses dois moram ali na frente, mas estão dormindo aqui”, “E agora tudo vai ficando, criando, tudo aqui dentro de casa”. (anotações de caderno de campo, 5 mai. 2016)

Figura 3 – Parque infantil construído por coletivo local



Crédito: Miguel Bustamante (2015).

Fruto desse vínculo com o espaço, dessa relação específica que cria uma identidade coletiva que une moradores e lugar, as áreas coletivas assumem o papel da sociabilidade e do lazer. Através de pequenos gestos, cuida-se das pessoas e dos espaços, como por exemplo varrendo vielas de acesso, deixando luzes internas à casa acesas para iluminar algumas passagens ou ajudando vizinhos idosos e outros com problemas de locomoção. Trata-se vizinhos como se fossem família e o assentamento como se fosse casa. E muitas vezes verifica-se usos geralmente associados a ambientes domésticos se darem em ruas e vielas, para o que contribui a aproximação física entre a casa e o espaço público:

Mais um lance de escada. Peço licença e me viro de lado, passando entre duas crianças sentadas na escada fazendo lição de casa e sua mãe que conversa com a vizinha. Ao final da travessa, avisto a rua do Assum Preto, e reconheço as mesmas pessoas da semana anterior. Uma jovem à porta de uma loja de roupas, um senhor sentado em uma cadeira de plástico lendo um livro, algumas mulheres conversando. (anotações de caderno de campo, 8 abr. 2016)

A “comunidade” retrata também uma possibilidade de inclusão dentro de uma realidade de exclusão socioterritorial. No passado, quando ainda eram negados serviços básicos como atendimento de água, luz e esgoto, os moradores não viam outra opção se não se unir, e não só para reivindicar e trabalhar por melhores condições de vida, mas também porque sofriam das mesmas mazelas, reconheciam-se reciprocamente em suas dificuldades e anseios. Hoje, a “comunidade” aparece também como uma imagem utópica do lugar alheia às opressões vividas cotidianamente e é utilizada para amenizar o senso comum da favela como lugar determinado unicamente pela pobreza: o jargão “não é favela é Vila” do passado de traduz atualmente como “não é favela, é comunidade”:

Na verdade, quando você vê os próprios moradores falando favela, eles tão falando pro lado ruim, mesmo, não é o lado bom. Eu falo favela porque eu sempre falei favela, eu conheci como favela, pra mim é favela, não é comunidade. É favela. Mas não pro lado ruim, porque é o termo que eu conheço, é o termo que eu me identifico, que eu sempre ouvi. Aí agora, principalmente o pessoal da área social fala muito “comunidade”. Mas pra mim continua sendo favela, do mesmo jeito. Mas eu vejo que aqui em São Paulo a visão é diferente, de favela.

(...)

A visão é diferente. Quando a pessoa fala: “Ah, favela do Jaguaré”, você pode até tá falando de uma maneira normal, mas a outra pessoa tá olhando de um outro jeito. Com uma visão às vezes de preconceito, “Ah favela, né?”. “Não é favela, é comunidade”. Eu não sei por que isso também, não entendo. (informação verbal)

## “UM BAIRRO COMO QUALQUER OUTRO”

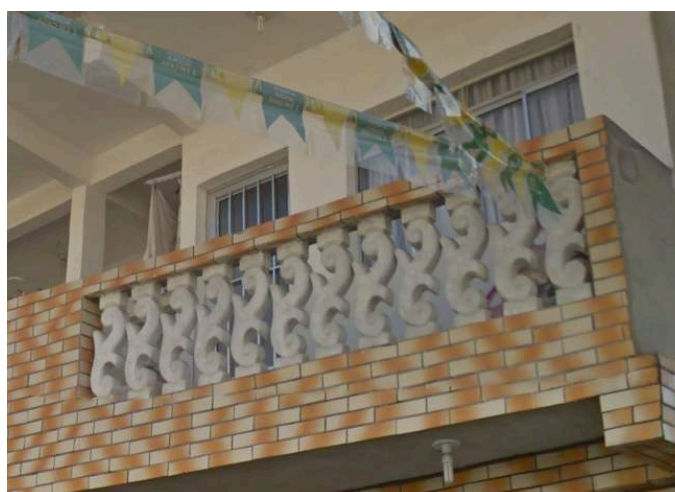
Finalmente, na fala dos moradores a categoria “bairro” se fundamenta principalmente na regularização da situação fundiária, nas melhorias em mobilidade e no ingresso de uma série de serviços, comércios e entidades que prestam assistência social, promovem cursos, atividades culturais e esportivas. A narrativa realça não só os benefícios das obras de urbanização, mas também uma série de oportunidades proporcionadas por políticas públicas que favoreceram a inserção urbana do assentamento. Também, destaca-se que hoje o “estigma de favela”, o que se reflete inclusive na imagem dos edifícios, já que os moradores começaram a investir mais no embelezamento das fachadas e na construção de moradias de aluguel muito bem decoradas (figuras 4 e 5). Mas, se, por um lado, a categoria aponta para os novos postos de trabalho, novas atividades de lazer, facilidades em atendimento à saúde e novos equipamentos públicos, por outro lado ressalta também uma mudança no modo de vida, já que agora cresce mais do que nunca uma perspectiva que vê na exploração do espaço uma oportunidade para gerar grandes rendimentos.

Figura 4 – Fachada redecorada



Crédito: Maria de Lourdes Zuquim (2015).

Figura 5 – Investimentos na moradia: varandas



Crédito: google.maps (2016).

Seja pela recente transformação do bairro do Jaguaré em uma nova centralidade ou pelas obras de urbanização, o cotidiano da Vila Nova Jaguaré sofreu grandes mudanças desde a virada dos anos 2000. Atualmente, revela-se um choque entre o recente desenvolvimento econômico e as antigas relações comunitárias, em que forças que prezam por usos coletivos e direcionados à comunidade perderam espaço para outras que pretendem conectar o assentamento à cidade e às dinâmicas do capital. A comunidade se tornou mais diversa e plural, mas a emergência de atividades extremamente lucrativas e a evasão de muitos moradores criou também um clima de disputa individual e desconfiança que fortalece um sentimento de que a comunidade não é mais como antigamente.

A territorialidade do “bairro” está relacionada tanto à garantia de direitos quanto à mercantilização do espaço. Afinal, a história de consolidação das favelas, impulsionada pelas

lutas populares que reivindicavam que os assentamentos populares também são cidade, permitiu também o avanço do mercado imobiliário informal. Na medida em que a favela deixava de ser vista como “moradia provisória”, crescia a segurança da posse e, com ela, os investimentos se tornavam mais seguros, fazendo com que um dos investimentos que mais geram retorno fossem as moradias de aluguel.

Em contraposição à categoria “favela”, o “bairro” evoca a nova condição de cidadania e isonomia, onde os conflitos são mais justos, pois são mediados por instâncias normativas formais e não pela “lei do mais forte” ou por regras paralelas impostas pelos grupos armados. Além disso, apesar de reforçar a individualidade, o “bairro” fortalece também as liberdades individuais, a inserção urbana e a diversidade, permitindo trocas que conectam a Vila a outros lugares e outras culturas.

## DA FAVELA URBANIZADA AO URBANO NO BRASIL

Conforme mencionamos, para se posicionar a respeito do momento atual da Vila Nova Jaguaré as pessoas articulam as categorias “favela”, “comunidade” e “bairro”. Vimos também que essas categorias devem ser entendidas como “olhares” sobre a realidade, ou seja, narrativas que partem de pontos de vista particulares e observam fenômenos específicos. As categorias realizam recortes virtuais de diferentes aspectos do espaço (físico e social), classificando certos comportamentos, sentimentos, lugares e atividades como sendo “de favela”, “de comunidade” ou de “bairro”. E, dessa maneira, estruturam as formas pelas quais essa favela urbanizada é entendida e apropriada.

Mas, tomando as territorialidades por trás dessas categorias, podemos expandir a análise para além do momento atual, pois elas foram produzidas historicamente. Afinal, elas sempre estiveram presentes no assentamento, mesmo que antes o equilíbrio entre elas fosse diferente e uma das dimensões pudesse se sobressair mais do que as outras. A Vila Nova Jaguaré nasce como parque público que ocupado se torna favela, se organiza como comunidade e é paulatinamente reconhecida como bairro. E, na medida em que a luta popular dirigia esse processo de conquista de direitos, os avanços voltavam a reforçar contradições do passado.

Os significados da favela urbanizada recontam uma história sobre a urbanização que conecta dinâmicas de organização social, desenvolvimento urbano, adensamento e precarização. Assim, eles apontam para dimensões que estruturaram a urbanização do bairro e da favela e que hoje refletem na apropriação do espaço. Mas, como a urbanização do Jaguaré enfreta paradigmas comuns às grandes cidades brasileiras, argumenta-se que a apropriação da favela urbanizada permite uma leitura de territorialidades do espaço urbano da capital paulista. O espaço da favela urbanizada incorpora elementos estruturais da sociedade na qual está inserida e, por isso, revela-se como um arranjo particular de contradições gerais da urbanização paulistana.

Retomando a história da formação do Jaguaré e da Vila, nota-se que avanços e retrocessos fazem parte da dinâmica de formação do espaço urbano, de modo que a urbanização não elimina a precariedade, apenas lhe dá novas conformações. A urbanização

do bairro e a consolidação da Vila refletem um desenvolvimento urbano ancorado em processos simultâneos de “urbanização do precário” e “precarização do urbano”<sup>9</sup>. E é nesse dilema que a luta popular se insere na busca da garantia de direitos, explorando possibilidades e conflitos colocados pelas condições da urbanização.

Nesse sentido, a favela urbanizada nos permite uma síntese dos dilemas do urbano no Brasil. E, além disso, nos releva como territorialidades aparentemente opostas se relacionam e constituem um único processo de urbanização. A apropriação do espaço da favela urbanizada permite, por fim, um ponto de vista relevante a respeito de territorialidades de compõem o espaço urbano brasileiro.

---

<sup>9</sup> As expressões fazem um paralelo entre o desenvolvimento urbano do Jaguaré o processo de urbanização brasileiro, marcado pela simultaneidade entre a “modernização do arcaico” e a “arcaização do moderno” (FERNANDES, 1977 apud MARICATO, 1996, p. 15).

## REFERÊNCIAS

Ajuda para 40 mil favelados. *Folha de São Paulo*. 25 de janeiro, 1970. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Barbosa, I. S. *O lugar do Movimento de Moradia na mudança da política pública paulistana para as favelas (1979-1989)*. v. 35, n. 2, 223-38. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2014.

Barros, G. G. *Remoções provenientes de projetos de urbanização de favelas no município de São Paulo: o caso do Jaguaré*. Iniciação Científica FAUUSP/CNPq, 2014.

Batistuzzo, F. Debates em E&D: Favelas em São Paulo. *Espaço & Debate*. ano I, n. 2, 1981.

Bourdieu, P. *Efeitos de lugar*. In: Bourdieu, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes. 159-166, 2012.

Cobrape. *Relatório de diagnósticos da Favela Nova Jaguaré*. São Paulo: Relatório técnico, Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, 2003.

Da Matta, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Figueiredo promove estudar o caso da favela do Butantã. *Folha de São Paulo*. 18 de outubro, 1982. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Fioravanti, L. M. *Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo*. São Paulo: FFLCH, 2013.



Freire, L. M. *Encostas e favelas: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

Garcia, J. L. *Antropologia del territorio*. Espanhã (Madri): Taller de ediciones Josefina Betancor, 1976.

Goldenstein, L.; Rossini, R. E. *O bairro industrial do Jaguaré, SP*. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, n. 47, maio, 30-72, 1972.

Infocidade. *Estimativas de população e domicílios em favelas: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais*, 2000a. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2017.

Infocidade. *População recenseada e taxas de crescimento: Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais*, 2000b. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2017.

Jesus, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

Magnani, J. G. C. *Etnografia como prática e experiência*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos (online), v. 15, n. 32, 129-156, 2009.

Magnani, J. G. C. *Da periferia ao centro: trajetória de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

Maricato, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Mautner, Y. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. In: DEAK, C. & SCHIFFER, S. (orgs.). *O processo de urbanização na Brasil*. 2a edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. cap. 7, 245-260, 2010.

Moura, R. C.; Nazareth, M. B. F.; Domingues, C. G. *Favela Nova Jaguaré: entre o projetado e o executado nos eixos habitação e espaços livres*. In: III Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono (III CIHEL). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

Nazareth, M. B. F. *Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017a.

Nazareth, M. B. F. Narrativas de um núcleo urbanizado: favela, comunidade, bairro. In: Zuquim, M.L., Mazo, L.M. (Orgs.), Mautner, Y. (Col.). *Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo*, 191-209. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017b.

Taschner, S. P. *Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra-sensos*. Cadernos MetrÓpole, n. 5, maio, 9-27, 2012. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294](http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294)>. Acesso em: 24/02/2017.

Toi, S. Dinâmicas de apropriação dos espaços públicos na Vila Nova Jaguaré. In: Zuquim, M.L., Mazo, L.M. (Orgs.), Mautner, Y. (Col.). *Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo*, 178-191. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

Zuquim, M.L., Mazo, L.M. (Orgs.), Mautner, Y. (Col.). *Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

Zuquim, M.L., Mautner, Y. (Orgs.). *Velha Nova Jaguaré*. São Paulo: VIDEOFAU. Documentário online (28 min.), 2013. Disponível em: <[vimeo.com/75771527](https://vimeo.com/75771527)>. Acesso em: 02/09/2015.